

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 7 - 2018



Pós-colonialismo e a história do nacionalismo anticolonial

Sanjay Seth

Práticas da História, n.º 7 (2018): 45-75

www.praticasdahistoria.pt

Sanjay Seth

**Pós-colonialismo e a história
do nacionalismo anticolonial**

A teoria pós-colonial chamou a atenção para o facto de que o encontro colonial teve efeitos duradouros não apenas em termos de exploração económica, mas em outros domínios, incluindo a cultura e o conhecimento; e que, precisamente porque o colonialismo foi uma relação de poder, esses outros domínios não eram “exteriores” ou “remanescentes” de uma relação de poder, mas eram atravessados pelo poder e pela desigualdade. Mapeando brevemente as questões que animaram a teoria pós-colonial, este artigo examina as análises pós-coloniais do nacionalismo anticolonial, concentrando-se naquelas empreendidas pelos historiadores do grupo de Estudos Subalternos, que produziram conjuntamente 12 volumes de ensaios históricos sobre a Índia entre 1982 e 2005. Em diálogo com este corpo de trabalho, o artigo argumenta que ao mesmo tempo que o nacionalismo anticolonial foi um desafio ao domínio do Ocidente, reproduziu ainda assim esse domínio, na medida em que o Estado soberano e a modernidade que o nacionalismo anticolonial almejava estiveram intimamente ligados ao conhecimento e à cultura do Ocidente.

Palavras-chave: Pós-colonialismo, História, Índia, nacionalismo.

**Postcolonialism and the History
of Anti-Colonial Nationalism**

Postcolonial theory had drawn attention to the fact that the colonial encounter was one with enduring effects not only in terms of economic exploitation, but in other domains, including culture and knowledge; and that that precisely because colonialism was a relationship of power, these other domains were not the ‘outside’ or ‘remainder’ of a relationship of power, but were themselves permeated with power and inequality. Briefly mapping the questions that have animated postcolonial theory, this article examines postcolonial analyses of anti-colonial nationalism, focusing on those undertaken by the historians of the Subaltern Studies group, who collaboratively produced 12 edited volumes of historical essays on India from 1982 to 2005. Engaging with this body of work, it argues that anticolonial nationalism was at once a challenge to the dominance of the West, and yet, inasmuch as the sovereign statehood and the modernity that anticolonial nationalism sought was intimately tied to the knowledge and culture of the West, it also reproduced that dominance.

Keywords: Postcolonialism, History, India, nationalism.

Pós-colonialismo e a história do nacionalismo anticolonial

Sanjay Seth*

Introdução

Pós-colonialismo é o nome por vezes atribuído a um conjunto de instrumentos analíticos, questões e, mais genericamente, a uma forma de pensar que coloca o colonialismo no centro das suas preocupações. Uma vez que esta teoria interdisciplinar é relativamente nova, vou começar por fazer um breve resumo do pós-colonialismo.¹ Este artigo irá depois concentrar-se nos *Estudos Subalternos*, um projecto historiográfico sobre história indiana que tem sido uma corrente muito importante na teorização pós-colonial, especialmente quando analisa o nacionalismo.

Pós-colonialismo é, num aspecto importante, um termo enganador uma vez que o “pós” não indica uma periodização de acordo com a qual o colonialismo se situa no nosso passado e só tem interesse histórico. De facto, o termo “pós” em pós-colonialismo afirma, enfaticamente, o contrário: o colonialismo foi central na formação do período que lhe sucedeu, e – tal como a revolução industrial, a expansão do capitalismo e o iluminismo – deu forma à economia, à política, à cultura e à vida intelectual do mundo moderno. Transformou não só o colonizado mas também o colonizador providenciando tanto o saque, as matérias-pri-

* Goldsmiths College – University of London.

Este artigo corresponde a um capítulo do livro *Writing the History of Nationalism*, dirigido por Eric Storm e Stefan Berger (Bloomsbury Academic, 2019). Tradução para português de Elisa Lopes da Silva.

1 Entre as introduções gerais à teoria pós-colonial contam-se as seguintes obras: Leela Gandhi, *Postcolonial Theory: A Critical Introduction* (Edimburgo: Edinburgh University Press, 1998); Robert J. C. Young, *Postcolonialism: An Historical Introduction* (Chichester: Wiley-Blackwell, 2016) e também *Postcolonialism: A Very Short Introduction* (Oxford: Oxford University Press, 2003); e Ania Loomba, *Colonialism/Postcolonialism* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2015, 3ª edição).

mas e os mercados que abasteceram a revolução industrial, como também moldando o sentido de si próprio, tanto do colonizador como do colonizado, do Ocidente e do Oriente, bem como estruturando as categorias através das quais o mundo se tornou conhecido e compreendido.

As formas mais evidentes de dominação política e de exploração económica que caracterizam o colonialismo têm sido objecto de investigação há já muito tempo e dificilmente precisam de novos termos e abordagens. Onde o pós-colonialismo acrescenta alguma coisa à nossa compreensão – e esta é uma afirmação tanto teórica quanto histórica – é quando dirige a nossa atenção para o facto de que o encontro colonial também produziu efeitos duradouros em outros domínios, incluindo a cultura e o conhecimento. E, precisamente, porque o colonialismo foi uma relação de poder, esses outros domínios não estavam “fora” ou foram o “restante” de uma relação de poder (que é a forma como pensamos habitualmente a cultura e o conhecimento), mas foram eles mesmos atravessados por poder e desigualdade. Relacionando conhecimento e cultura com poder, o pós-colonialismo baseia-se e deve muito aos conceitos e análises desenvolvidos pelo pós-estruturalismo.

Tal pode ser observado num dos textos pioneiros e seminais do pós-colonialismo, o livro *Orientalismo* (1978), escrito por Edward Said. Said baseou-se em duas ideias retiradas do trabalho de Michel Foucault: o conhecimento e o discurso não representam apenas “coisas”, mas têm efeitos reais (não descrevem apenas, mas também moldam o que é descrito); o conhecimento e o poder são inseparáveis. Said usa estas duas ideias para caracterizar o Orientalismo – o vasto corpo de conhecimentos e outras representações relacionadas com os mundos árabes e asiáticos – como “um estilo de pensamento estabelecido sobre uma distinção ontológica e epistemológica feita entre o ‘Oriente’ e (a maior parte do tempo) o ‘Ocidente’”.² Estas maneiras de pensar e representar o Oriente não foram simplesmente *possibilitadas* pela relação de poder que definiu o colonialismo, mas foram uma das formas deste poder, um dos modos através do qual o poder foi exercido e reproduzi-

² Edward Said, *Orientalism* (Londres: Penguin, 2003 [1978]), 2.

do. A densa malha de representações e conhecimentos que Said designa por Orientalismo foi uma maneira de “lidar com [o Oriente] (...) pronunciando-se sobre ele, autorizando olhares sobre ele, descrevendo-o, ensinando-o, estabelecendo-o, governando-o (...). O Orientalismo [foi/é] um estilo ocidental de dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”.³ Enquanto houvesse, evidentemente, variações consideráveis na forma como o Oriente era representado e compreendido, estas variações não eram ilimitadas – “ninguém”, escreve Said, “a escrever, a pensar ou a agir no Oriente podia fazê-lo sem levar em conta as limitações ao pensamento e à acção impostas pelo Orientalismo”,⁴ limites que começavam pela presunção de que o Ocidente e o Oriente eram fundamentalmente diferentes.

As representações e os conhecimentos ocidentais sobre o Oriente, de acordo com esta afirmação – que tem sido central para o pós-colonialismo – pressupunham a dominação colonial, e foram, em si mesmas, uma forma de poder. Tal não foi motivado, principalmente, pela “arrogância” – o mundo Ocidental não tinha o monopólio da arrogância, e outras culturas, incluindo não-Ocidentais, já assumiram que estavam “certos” e os outros “errados” – mas devido a outros factores. Em primeiro lugar, a Europa na era do colonialismo tinha condições para afirmar que os conhecimentos que advogava eram os únicos verdadeiros, porque apenas ela tinha o poder de fazer valer as suas afirmações. Em segundo lugar, a asserção iluminista de que tinha descoberto uma nova forma de conhecimento científica e universal era qualitativamente diferente de quaisquer outras asserções anteriores ou concorrentes. Ao contrário de outros conhecimentos e culturas, que estavam enraizados em comunidades cultural e historicamente específicas e nas suas práticas e crenças respectivas, o conhecimento pós-iluminista apresentava-se como tendo sido deduzido de nada menos do que a própria Razão, não contaminada por quaisquer especificidades da história ou da cultura. Um conhecimento concebido para estar fundado na pureza da Razão

³ *Ibidem*, 3.

⁴ *Ibidem*, 3.

não contaminada pela história era um conhecimento que era particularmente cego às relações de conhecimento com história e poder, e ainda assim obstinadamente insistente no seu próprio carácter incontestável. Outros conhecimentos e culturas eram sempre as afirmações de conhecimento de *alguém* e a moralidade e a cultura de *alguém*; enquanto o conhecimento do colonizador se apresentava em “si mesmo” como conhecimento, não afectado pelas “impurezas” históricas, empíricas.

O pós-colonialismo prioriza as relações entre conhecimento e cultura, por um lado, e poder, por outro. Ao insistir que todos os conhecimentos, culturas e moralidades são o resultado de histórias e culturas específicas – incluindo os conhecimentos e a cultura do Ocidente moderno, hoje parte da nossa modernidade globalizada –, chama também a atenção para as maneiras pelas quais os conhecimentos e as formas de vida se constituem mutuamente. A forma como esta abordagem terá importância para o entendimento do nacionalismo será imediatamente evidente: se o nacionalismo anticolonial foi um desafio ao domínio do Ocidente, uma vez que o Estado soberano e a modernidade do nacionalismo anti-colonial estavam intimamente ligados ao conhecimento e à cultura do Ocidente, reproduziu também a dominação deste.

As investigações mais consistentes sobre o nacionalismo sob a égide da teoria pós-colonial foram aquelas empreendidas pelos historiadores do grupo dos estudos subalternos, que entre 1982 e 2005 produziram e editaram de modo colaborativo 12 volumes, sobretudo com estudos históricos sobre a Índia. Contudo, os volumes dos estudos subalternos, e as monografias e outros escritos dos membros deste grupo, não consistiam numa aplicação à história indiana de um pós-colonialismo pré-existente. De facto, nos seus primórdios os estudos subalternos não eram pós-coloniais, mas antes uma versão – se não original, certamente provocadora – do marxismo. Posteriormente, tornaram-se, no entanto, num dos sítios onde se desenvolveu um modo de teorizar “pós-colonial” distintivo, e fizeram-no com a referência específica a um passado e a um nacionalismo indiano: daí o enfoque no nacionalismo neste artigo.

Estudos subalternos

O primeiro volume dos estudos subalternos iniciou-se com uma declaração programática por Ranajit Guha (o editor dos primeiros seis volumes da série e uma grande força intelectual no seu seio), que afirmava que “a historiografia do nacionalismo indiano é, desde há muito tempo, dominada por um elitismo – um elitismo colonialista e um elitismo nacionalista burguês”, ambos partilhando o “preconceito de que a formação da nação indiana e o desenvolvimento da consciência – do nacionalismo – que conduziu o processo foram exclusiva ou predominantemente proezas de uma elite”.⁵ Para a historiografia colonialista – as histórias britânicas produzidas durante o período colonial, mas também a contemporânea “Escola de Cambridge” de escrita da história indiana⁶, a qual Guha caracterizou e condenou como colonialista –, o nacionalismo indiano era melhor entendido como um “processo de aprendizagem”, no qual “a elite nativa se tinha envolvido na política tentando negociar no caos das instituições e no correspondente complexo cultural introduzido pelas autoridades coloniais”. Pelo contrário, a historiografia elitista na variedade nacionalista apresentou o nacionalismo indiano como uma aventura “na qual a elite indígena dirigiu o povo da subjugação à liberdade”, e a história do nacionalismo indiano foi “redigida como uma espécie de biografia espiritual da elite indiana”. A oposição óbvia entre estes dois tipos de história não pode obscurecer o facto de nenhum deles reconhecer, ou tentar dar sentido, “a contribuição feita pelas pessoas por si mesmas, ou seja, *independentemente da elite*, na formação e desenvolvimento deste nacionalismo”; e, em particular, não conseguir adequadamente explicar esses momentos de insurreição de massas quando a iniciativa popular se afirmou “em desafio ou na ausência do controle da elite”. Em suma, o que nenhuma

5 Ranajit Guha, “On Some Aspects of the Historiography of Colonial India,” in *Subaltern Studies I*, coord. Ranajit Guha (Deli: Oxford University Press, 1982), 1-8.

6 Entre os trabalhos mais influentes da “Escola de Cambridge” contam-se as seguintes obras: Anil Seal, *The Emergence of Indian Nationalism: Competition and Collaboration in the Later Nineteenth Century* (Cambridge: Cambridge University Press, 1968) e John Gallagher, Gordon Johnson e Anil Seal (coord.), *Locality, Province and Nation: Essays on Indian Politics 1870 to 1940* (Cambridge: Cambridge University Press, 1973).

escrita da história dava conta era de uma “política do povo”; em paralelo à política de elite estava “outro domínio da política indiana no qual os principais actores não eram os grupos dominantes da sociedade nativa ou as autoridades coloniais mas os grupos e as classes subalternas que constituíam a massa da população trabalhadora..., ou seja, o povo. Este era um domínio *autónomo*, uma vez que não tinha origem na elite política nem tinha a sua existência dependente desta”. A forma mais notável desta política popular era a revolta camponesa, o tema do admirável livro de Guha, *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. No entanto, se esta política camponesa era “tradicional”, uma vez que estava enraizada nas estruturas e numa sensibilidade que não eram aquelas do moderno-colonial, era-o “apenas na medida em que as suas raízes poderiam ser encontradas em tempos pré-coloniais, e de forma nenhuma poderia ser considerada arcaica, no sentido de ser obsoleta”. De facto, se Guha procurava documentar e resgatar a consciência rebelde que enformou a insurreição camponesa até 1900, concluiu o seu livro sugerindo que “o percurso actual desta consciência estende-se bem além do século XIX”, e que a insurreição camponesa, e a consciência autónoma que a enformava, seriam encontrados nas mobilizações nacionalistas e comunistas do século XX.⁷

Na perspectiva de Guha, a historiografia elitista das duas variedades negligenciava a existência de uma política subalterna. Mas esta existia no nacionalismo indiano enquanto forma independente de política que o nacionalismo de elite não tinha sido capaz de submeter, testemunhando “o fracasso da burguesia indiana em falar pela nação”. Em contrapartida, o fracasso da política e da consciência subalterna em elevar-se acima do localismo para se tornar num movimento de libertação nacional explicava as fragilidades, e o radicalismo insuficiente, de uma luta nacionalista que teve sucesso ao ganhar independência política para a Índia em 1947, mas não conseguiu fazer a correspondente transformação social, ou ruptura total com o imperialismo.

⁷ Ranajit Guha, *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India* (Deli: Oxford University Press, 1983), 334.

Nos seus volumes iniciais, os estudos subalternos eram uma reconhecível, mesmo se pouco convencional e criativa, espécie de historiografia marxista. Eram explicitamente devedores dos trabalhos do teórico marxista e líder comunista italiano Antonio Gramsci, a quem pediram emprestado o termo “subalterno” bem como outros conceitos e instrumentos críticos (como, por exemplo, “hegemonia”). O seu enfoque nos camponeses, e nos modos de poder e relações semifeudais que caracterizavam muitos aspectos da sociedade indiana, tinha uma inspiração óbvia no maoísmo. E pelo menos alguns dos seus argumentos tinham sido antecipados pelas gerações anteriores de marxistas indianos (por exemplo, a reflexão sobre a forma como o nacionalismo burguês tinha procurado apropriar-se do radicalismo operário e camponês mantendo-o dentro de certos limites, de forma a que ameaçasse o poder britânico sem questionar as relações de dominação e exploração entre as elites indianas e as classes baixas da sociedade indiana).⁸ E tinha ainda muitas afinidades com a história vista de baixo [“history from below”], iniciada por Christopher Hill, George Rude, Eric Hobsbawm e E. P. Thompson que imediatamente a precedeu, pelo menos nos seus usos criativos de fontes históricas.

Contudo, os estudos subalternos eram também críticos da maior parte da escrita da história marxista sobre o nacionalismo indiano, acusando-a de insuficiências muito semelhantes àquelas que caracterizavam a escrita da história burguesa e colonialista: a saber, que falhava em registrar a consciência que enformava a revolta subalterna. De acordo com os praticantes da história subalterna, a historiografia colonialista tratava o rebelde camponês como se não tivesse qualquer consciência racional e a sua rebelião fosse uma expressão espontânea e sem direcção de raiva. A historiografia nacionalista burguesa lia apenas uma consciência de elite na rebelião, como se o rebelde, sem consciência ou vontade própria, não pudesse senão seguir os líderes da elite. O historiador marxista, de acordo com Guha, não era capaz de aceitar o facto de que a consciência rebelde era habitualmente mais religiosa do

⁸ Nomeadamente, M. N. Roy e R. P. Dutt. Veja-se Sanjay Seth, *Marxist Theory and Nationalist Politics: The Case of Colonial India* (Nova Deli: Sage Publications, 1995).

que secular, e era algumas vezes também sectária: “Incapaz de conceber a religiosidade enquanto modalidade central da consciência camponesa na Índia colonial (...) [o historiador marxista] é, portanto, obrigado a racionalizar as ambiguidades da política da rebelião”, convertendo o rebelde em “uma abstracção denominada Operário-Camponês, *um ideal mais do que uma personalidade histórica real do revoltoso*”, o resultado de um “radicalismo superficial” que tinha abdicado da responsabilidade de “explorar e descrever a consciência específica de uma (...) rebelião.”⁹

Do marxismo ao pós-colonialismo

Mas mesmo se inicialmente os estudos subalternos surgiam como uma forma (inovadora e criativa) de historiografia marxista, existiam já algumas características, e tensões, que antecipavam o seu desenvolvimento subsequente numa direcção pós-colonial. A insistência numa divisão entre as elites e os subalternos era ambígua, permitindo duas interpretações do que estava implicado nesta sua asserção, e quais as suas possíveis consequências para o estudo da história indiana. Se tomada como uma asserção empírica sobre a existência de duas entidades sociais distintas, então o objectivo central do projecto dos estudos subalternos era verificar ou provar que havia uma política nacionalista subalterna, que não estava subsumida, ou separada, da política das elites. Alguns historiadores levaram a cabo estudos que mostraram que, no resumo posterior de Guha, “região após região, a iniciativa de tais campanhas [nacionalistas] passou das lideranças das elites para a massa de participantes subalternos, que desafiavam o alto comando [do Congresso Nacional Indiano] (...) a fazer suas estas lutas, enquadrando-as em códigos específicos das tradições de resistência popular e formulando-as em linguagens derivadas da experiência comunitária de vivência e trabalho em comum”.¹⁰ Valiosos como foram estes estudos, e importantes quan-

9 Ranajit Guha, “The Prose of Counter-Insurgency,” in *Subaltern Studies II*, coord. Ranajit Guha (Deli: Oxford University Press, 1983), 33-38.

10 Ranajit Guha, “Introduction,” in *A Subaltern Studies Reader, 1986-1995*, coord. Ranajit Guha (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997), xviii. Fundado em 1885, o Congresso Nacional Indiano tornou-se na mais importante das organizações e partidos que procuravam obter a independência face ao poder britânico.

to à questão da política subalterna, muitas vozes críticas, mesmo se próximas do projecto, sentiram-se desconfortáveis com a insistência na “autonomia”. Numa sociedade em que as elites e as classes subalternas partilhavam o mesmo espaço económico e social, será que era plausível a afirmação de um domínio subalterno “autónimo”?

Além disso, esta insistência na autonomia estava em desacordo com outra interpretação que podia ser atribuída àquela asserção: esta foi formulada para salientar o facto de a relação elite-subalterno ser principalmente uma relação de poder, mais do que uma relação derivada de um tamanho diferente de propriedades e riqueza. Na Índia “semifeudal”, a desigualdade estava relacionada, mas não era redutível, à posse da terra; a dominação e a subordinação estavam também inscritas no vestuário, na linguagem, na linguagem corporal e assim por diante. Em contrapartida, numa sociedade burguesa onde algumas noções de igualdade formal se tinham enraizado, a desigualdade tinha origem nas diferenças de posse dos meios de produção – não tem de se estar muito bem vestido para comer num restaurante caro, desde que se tenha o dinheiro para pagar a sua refeição. Era esta diferença nas formas de desigualdade e poder, entre as sociedades burguesas como o Reino Unido e os Estados Unidos e a Índia, que constituía a grande divisão entre as elites e os subalternos no subcontinente. Mas este era um entendimento relacional do poder e casava mal com a insistência numa separação e autonomia. Também não havia nenhuma sugestão de que esta era uma simples consequência do “atraso” e estava destinado a desaparecer quando a Índia se tornasse mais capitalista e “moderna”. Pelo contrário, a questão era que, como observou mais tarde Dipesh Chakrabarty, “a história global do capitalismo não necessitava de reproduzir em todo o lado a mesma história de poder. No cálculo da modernidade, o poder não é uma variável dependente e o capital uma variável independente. Capital e poder podem ser tratadas como categorias analiticamente separáveis”.¹¹ O funcionamento peculiar do poder na Índia – peculiar do ponto de vista de quem considera o funcionamento da sociedade

¹¹ Dipesh Chakrabarty, “A Small History of *Subaltern Studies*,” in *Habitations of Modernity: Essays in the Wake of Subaltern Studies* (Chicago: University of Chicago Press, 2002), 13.

burguesa enquanto norma – resultava do facto de as sociedades não-Ocidentais terem sido incorporadas nos circuitos globais de capital, mas “sem efectuarem ou exigirem uma profunda transformação democrática nas relações sociais de poder e autoridade”.¹²

Ambas as interpretações da divisão entre elite e subalternos estavam presentes nos primeiros volumes dos estudos subalternos, mas desenvolveram-se depois em direcções diferentes. A primeira tomou a forma de uma proposição geral que tinha de ser verificada pela pesquisa empírica; a segunda era um argumento teórico que implicava investigação que permanecesse atenta às formas pelas quais as relações entre os diferentes estratos da sociedade indiana eram formados e permeados por relações de poder, relações que não eram redutíveis às disparidades económicas enfatizadas por alguns tipos de marxismo, e que eram inexplicáveis com os termos com que nos acostumámos a pensar as sociedades onde o poder, mesmo que exista, existe no meio de uma igualdade formal. A primeira interpretação enfatiza que os grupos sociais eram distintos, mesmo se eles se entrelaçavam; a ênfase no poder da segunda interpretação acarretava logicamente uma insistência sobre a racionalidade, uma vez que o poder era entendido como uma relação, e não como uma “possessão” (não é que os proprietários tivessem poder e os camponeses não, mas que o poder definia as relações e as diferenças entre eles, fazendo de um o proprietário e de outro o camponês).¹³ A ênfase, contudo, mudou para a segunda interpretação, o que levou a conceptualizações da comunidade e análises do nacionalismo que se tornaram marcos da teoria pós-colonial.

Havia também uma tensão, e por vezes uma total contradição, nos primeiros volumes dos estudos subalternos entre uma tentativa de “resgatar” o sujeito (subalterno) e restituir-lhe a subjectividade que era sua e uma incipiente crítica da categoria do “sujeito”, tida enquanto

12 *Idem*, 13.

13 Esta crítica foi feita com grande sofisticação no ensaio da Rosalind O’Hanlon “Recovering the Subject: Subaltern Studies and Histories of Resistance in Colonial South Asia”, inicialmente publicado em *Modern Asian Studies*, em 1988, e reproduzido em Vinayak Chaturvedi (coord.), *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial* (Londres: Verso, 2000), 84-85.

uma ficção humanista falaciosa. A partir do que foi acima exposto, é evidente que os estudos subalternos se apresentaram em parte enquanto projecto de recuperação – um projecto que procurou desenterrar e restaurar uma consciência subalterna, negligenciada ou assimilada a outra consciência na historiografia elitista. Ainda assim, o projecto de resgate do sujeito (subalterno) estava em contradição com os referentes teóricos estruturalistas e anti-humanistas que enformavam o trabalho de alguns dos mais destacados participantes nos volumes dos estudos subalternos, de acordo com os quais o sujeito e a sua consciência não eram o fundamento que originava tudo o resto, mas antes o “efeito” de algumas instituições e práticas. Estas instituições e práticas surgiram durante a moderna história do Ocidente e estavam estreitamente ligadas à emergência da sociedade burguesa moderna. O sujeito não era nem trans-histórico nem generalizável a todos os tempos e espaços.

A tensão foi amplamente notada por interlocutores próximos dos estudos subalternos: Rosalind O’Hanlon notou que “surge uma oscilação persistente ou um deslize entre estas duas posições”¹⁴ e Gayatri Spivak, ao escrever no IV volume dos estudos subalternos, observou que os subalternistas “recaíam em posições de consciência-como-agente, de totalidade, e num culturalismo que são descontínuas com a crítica do humanismo”¹⁵ – uma crítica que estava presente na sua insistência de que a identidade e a consciência não eram dados adquiridos, não faziam parte do mobiliário do mundo, mas construídos através de contrastes e oposições. Uma vez que o sujeito não era “alguma coisa que pode ser revelada”¹⁶ enquanto fundamento da política, ideologia e linguagem, mas antes o produto ou efeito de “vertentes que podem ser denominadas política, ideologia, economia, história, sexualidade, linguagem e assim por diante”¹⁷, seguia-se que a “consciência subalterna (...) não é

14 Rosalind O’Hanlon, “Recovering the Subject: Subaltern Studies and Histories of Resistance in Colonial South Asia”, inicialmente publicado em *Modern Asian Studies* em 1988 e reproduzido em Vinayak Chaturvedi (coord.), *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial* (Londres: Verso, 2000), 81.

15 Gayatri Chakravorty Spivak, “Subaltern Studies: Deconstructing Historiography,” in *Subaltern Studies IV*, coord. Ranajit Guha (Deli: Oxford University Press, 1985), 337.

16 *Idem*, 338.

17 *Idem*, 341.

nunca totalmente recuperável”,¹⁸ na verdade, é uma “ficção teórica”.¹⁹ Na sua visão apreciativa e crítica, Spivak expressou o desejo de que os subalternistas superassem esta tensão abraçando a desconstrução/pós-estruturalismo. Alguns membros do grupo fizeram-no e, enquanto o fizeram, os estudos subalternos afastaram-se da sua autoproclamada ambição para recuperar a subjectividade e consciência subalterna, e começaram a sua trajectória como projecto pós-colonial.

Enquanto os estudos subalternos foram, desde o início, mais críticos do que celebratórios na sua abordagem do nacionalismo indiano, nem sempre foi claro se a sua atitude crítica era apenas dirigida ao nacionalismo de “elite” do Congresso Nacional Indiano, ou se se estendia ao nacionalismo propriamente dito. Como observado anteriormente, os escritos de Mao – e os maoistas indianos lideraram as revoltas do final da década de sessenta, princípios da década de setenta – foram uma influência forte nos primeiros volumes dos estudos subalternos;²⁰ esta influência transparecia na ideia de que um nacionalismo “próprio” ou completo seria aquele conduzido pelas classes subalternas, culminando numa “democracia do povo”. Contudo, à medida que os volumes iam sendo editados, a crítica passou a ser cada vez menos ao nacionalismo insuficientemente radical e tornou-se numa atitude céptica ao nacionalismo em geral: no avatar pós-colonial, os estudos subalternos vieram a ser marcados pela desconstrução crítica das afirmações nacionalistas de uma identidade unitária.

Ao passo que os estudos subalternos prosseguiam, estas tensões ou contradições não desapareceram, mas a afirmação de uma autonomia da consciência subalterna deu lugar a uma ênfase na centralidade do poder e, assim, na relacionalidade mais do que na autonomia. Os criticismos/sugestões de Spivak e outros foram aceites por alguns dos membros do colectivo, e os entendimentos pós-estruturalistas e desconstrucionistas do

18 *Idem*, 341

19 *Idem*, 340. Veja-se também Gayatri Chakravorty Spivak, “Can the Subaltern Speak?,” in *Marrxism and the Interpretation of Culture*, coord. Cary Nelson e Lawrence Grossberg (Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1988), 271-313.

20 Sobre este tema, veja-se Sanjay Seth, “Revolution and History: Maoism and *Subaltern Studies*,” *Storia della Storiografia* 62, n.º 2 (2012): 131-49.

sujeito e da consciência tornaram-se cada vez mais proeminentes. E o projecto dos estudos subalternos tornou-se cada vez mais num projecto pós-nacionalista, crítico de todos os essencialismos nacionais.

Naturalmente, isto não aconteceu com todos os membros do grupo. Um dos seus membros mais antigo, um distinto historiador indiano, Sumit Sarkar, tornou-se num crítico público da direcção que a série de publicações tomava, castigando-a pelo seu abraço às ideias de Said e, mais genericamente, pela sua viragem pós-moderna e pós-colonial. No entanto, enquanto empreendimento colectivo, os estudos subalternos fizeram uma viragem pós-colonial, em que um dos aspectos e efeito importante foi a produção de uma distintiva historiografia do nacionalismo, como exemplificado pelos trabalhos de Partha Chatterjee, membro do grupo que mais directa e sustentadamente abordou a questão do nacionalismo.

Os estudos subalternos e a história do nacionalismo anti-colonial

Uma das características mais impressionantes das histórias pós-coloniais do nacionalismo é a sua ênfase no nacionalismo enquanto corpo de ideias ou discurso, ao invés de fenómeno que pode ser explicado pela referência às suas “causas” sociais ou materiais. O importante livro de Chatterjee *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse?* (1986) pergunta “o que é que o discurso nacionalista pressupõe? Onde é que está localizada a sua relação com outros discursos? Quais são as rachas na superfície, os pontos de tensão na sua estrutura, as forças contrárias, as contradições? O que é que revela e o que é que suprime?” Este, declara Chatterjee, “é o tipo de questões com os quais eu proponho conduzir este estudo, não com uma teoria sociológica positiva”.²¹ A centralidade atribuída ao discurso, e a sua rejeição de explicações “sociológicas” do nacionalismo – ou seja, explicações nas quais o nacionalismo é tomado como algo que é melhor entendido e explicado

²¹ Partha Chatterjee, *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse?* (Deli: Oxford University Press, 1986), 42.

observando as suas “causas” sociais e materiais subterrâneas –, reflectia a insistência na perspectiva pós-estruturalista e pós-colonial de que os fenómenos sociais e materiais não existem independentemente da nossa descrição deles. Designar algo como social ou material é já um acto de cognição, uma forma de organizar os fenómenos do mundo, mais do que um passivo “reconhecimento”. Mesmo os fenómenos materiais são discursivamente constituídos; o que não quer dizer que eles não existam fora das nossas categorias analíticas e descritivas, mas quer dizer que eles apenas nos são acessíveis através destas categorias, e não independentemente delas. Tal é válido até para o conhecimento do mundo natural, ou seja, para as ciências naturais, como Thomas Kuhn avançou há muito;²² e é especialmente válido para aqueles fenómenos que são criações humanas e que já têm objectivos humanos e sentidos construídos neles.

De acordo com esta abordagem, a “classe”, o “género” e o “nacionalismo”, por exemplo, não são “coisas” que existem previamente no mundo, e que as nossas análises simplesmente revelam ou desvelam, mas existem de determinada maneira por causa dos nossos modos de as apreender ou caracterizar. Não há, por isso, forma de escapar ao discurso, alcançando o que está “por detrás” ou “debaixo” dele para atingir o que está “realmente” a conduzir as coisas. A estrutura discursiva é a forma através da qual um objecto/fenómeno se apresenta, e enquadra o campo de possibilidades do que pode ser pensado e dito sobre isso – como Said procurou demonstrar em relação ao discurso sobre o Orientalismo.

Este ponto geral e abstracto é especialmente pertinente para os estudos do nacionalismo, porque o nacionalismo está especialmente corporizado em ideias, consciência e discurso. Certamente, estas ideias existem em contextos sociais e são incorporadas em movimentos, partidos e tudo o mais, e muitas vezes avançam a par e passo com transformações nas instituições e nas práticas económicas e sociais. Assim,

22 Thomas Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (Chicago: University of Chicago Press, 1962; 2ª edição revista e aumentada).

o estudo do nacionalismo não pode ser simplesmente uma história das ideias, tal como uma história da filosofia possa talvez ser. Mas as transformações económicas e sociais também não podem “explicar” o nacionalismo por nós. A emergência de uma classe média é apenas uma parte da história do nacionalismo na medida em que esta classe se pensou a si mesma como pertencendo a uma nação e exprimiu exigências nacionalistas; de outro modo, este “facto” seria parte de uma outra história (do capitalismo, por exemplo). O que marca as “histórias sociológicas” do nacionalismo que Chatterjee rejeita é que elas são marcadas pela circularidade. A identificação ou seleção do que é parte da história do nacionalismo ocorre necessariamente ao nível das ideias e do discurso; mas esta consciência e este discurso têm de ser situados, e muitas vezes explicados, em termos das práticas e das formas sociais que encarnavam. Para continuar o exemplo apresentado acima, é apenas quando a classe média, ou uma fracção dela, levanta exigências nacionalistas, organiza ou se junta a partidos e movimentos políticos à procura de um Estado-nação que tudo isto passa a fazer parte da história do nacionalismo. Ao contar esta história, as histórias do nacionalismo (porque são narrativas históricas, ligadas a certas noções de explicação e causalidade) perguntam o “porquê” deste sentimento ou ideia emergir; e assim, frequentemente, e por assim dizer, retrospectivamente, providenciam uma explicação “material” ou social para a ascensão do nacionalismo precisamente em termos da ascensão da classe média.²³

Chatterjee não pensa que as classes, as mudanças económicas e afins não sejam importantes; mas pensa que estas são parte da história do nacionalismo, não o que está por “de trás” ou “debaixo” dele, que assim explicariam o nacionalismo. Para entender o nacionalismo temos de atender ao discurso nacionalista em toda a sua variedade e complexidade, incluindo, como a citação acima de Chatterjee enfatiza, as suas tensões e contradições. A mais importante entre estas – que Chatterjee

23 Esta questão é desenvolvida em detalhe em Sanjay Seth, “Rewriting Histories of Nationalism: The Politics of ‘Moderate Nationalism’ in India, 1870-1905,” *The American Historical Review* 104, n.º 1 (Fevereiro 1999): 95-97.

sugere que perpassa o nacionalismo indiano em todas as suas fases e variedades, e que, argumenta, caracteriza genericamente o nacionalismo anticolonial – é a tensão ou contradição que ele caracteriza desta forma: “O pensamento nacionalista, ao anuir em tornar-se ‘moderno’, aceita a pretensão de universalidade desta grelha ‘moderna’ de conhecimento. Todavia, também reconhece a identidade autónoma de uma cultura nacional. Assim rejeita e reconhece, simultaneamente, a dominância, epistémica e oral, de uma cultura estrangeira.”²⁴ À primeira vista, isto não parece diferente do argumento avançado, de diferentes maneiras, por alguns académicos, incluindo John Plamenatz, Elie Kedourie, e Tom Nairn:²⁵ a saber, que o nacionalismo dos “retardatários” é animado pelo desejo de ser “como” os outros ao mesmo tempo que se insiste numa “diferença” absoluta, irredutível (nacional), e assim se é marcado, a um só tempo, por uma aceitação e uma rejeição dos padrões das nações “avançadas” ou dominantes.

Contudo, enquanto há uma similaridade, Chatterjee está a dizer algo mais. Assevera ainda que o problema teórico para o qual está a chamar a atenção não pode ser colocado “no âmbito do pensamento burguês-racionalista (...) uma vez que colocá-lo é situar o próprio pensamento, incluindo o pensamento supostamente racional e científico, dentro de um discurso de poder. É questionar a própria universalidade, o que tem de adquirido, a soberania desse pensamento, ir às suas origens e dessa forma criticá-lo radicalmente. É colocar a hipótese de que não é apenas o poderio militar ou a força industrial, mas o pensamento em si mesmo, que pode dominar e subjugar. É abordar o campo do discurso – histórico, filosófico e científico – enquanto campo de batalha do poder político.”²⁶

As influências de Foucault e Said são aqui aparentes. O pensamento científico e racional da modernidade, que primeiro surgiu no

24 Chatterjee, *Nationalist Thought and the Colonial World*, 11.

25 Veja-se John Plamenatz, “Two Types of Nationalism,” in *Nationalism: The Nature and Evolution of an Idea*, coord. Eugene Kamenka (Londres: Edward Arnold, 1976); Elie Kedourie, *Nationalism* (Londres: Hutchinson, 1960); e Tom Nairn, “The Modern Janus,” in *The Break-up of Britain* (Londres: Verso, 1981, 2ª edição aumentada), 329-63.

26 Chatterjee, *Nationalist Thought and the Colonial World*, 11.

Ocidente, não é tratado como a “descoberta” do que são as verdades do mundo, mas é antes abordado agnosticamente, enquanto crença organizada de uma cultura particular de um certo período histórico. Que a natureza seja destituída de sentido e de propósito e simplesmente sujeita às leis cegas da física, e, inversamente, haja um objecto ou domínio da “cultura” que é totalmente o domínio dos sentidos, dos propósitos e dos desejos; que o indivíduo seja a entidade mais básica do reino social; os deuses sejam questões de “crença” mas não objectos de conhecimento, quanto mais actores no mundo – são tudo formas específicas de construir e habitar o mundo, mais do que a “descoberta” de “verdades” trans-históricas e transculturais. O nacionalismo, enquanto projecto à procura de soberania, cidadania e habitualmente de “desenvolvimento”, “democracia” e demandas semelhantes, aceita este conhecimento e usa-o para “pensar” e justificar o seu projecto. Mas, ao fazê-lo, adopta um objectivo e usa os procedimentos de justificação que podem não estar de acordo com os padrões morais e epistemológicos da comunidade em questão, a comunidade que pode não olhar, por exemplo, a natureza como desencantada, a comunidade como a composição de indivíduos, e assim por diante. Na medida em que aceita este conhecimento enquanto seu horizonte e o usa para legitimar o seu projecto, então aquele dilema e contradição marcará todo o pensamento nacionalista.

As formas pelas quais este dilema é negociado variam bastante entre os diferentes momentos históricos, as diferentes variedades ou vertentes do nacionalismo. A maior parte do livro de Chatterjee é ocupado pelo estudo de Bankimchandra Chatterjee, Mohandas Karamchand Gandhi e Jawaharlal Nehru, três dos mais proeminentes líderes ou pensadores do nacionalismo indiano, e pelas várias (e diferentes) formas pelas quais esta contradição marca o seu pensamento nacionalista. Mas à parte estas diferenças importantes, Chatterjee insiste que, na medida em que o nacionalismo anticolonial “raciocina dentro de uma grelha de conhecimento cuja estrutura representacional corresponde a essa mesma estrutura de poder que o nacionalismo repudia, esta contradição “significa, no domínio do pensamento, a insolubilidade

teórica da questão nacional num país colonial (...) dentro de um quadro estritamente nacionalista”.²⁷ Pois até quando o nacionalismo anticolonial triunfa, como aconteceu na Índia com o fim do colonialismo e a conquista da independência em 1947, esta foi uma vitória parcial e contraditória; a “diferença” em nome da qual o nacionalismo falava foi atrelada a modos de pensar, e a uma forma de política, que destruíram essa diferença, e/ou a reformulou para se adequar às categorias e instituições da modernidade ocidental. Em suma, o triunfo do nacionalismo anticolonial pôde, ao mesmo tempo, marcar uma continuação, e mesmo uma intensificação, da subordinação das categorias epistêmicas e das instituições da modernidade capitalista ocidental.

O argumento é desenvolvido – e muda a ênfase – no livro seguinte de Chatterjee, *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories* (1993). Divergindo da análise do nacionalismo imensamente influente de Benedict Anderson em *Imagined Communities*, Chatterjee argumenta que não é que vários modelos ou tipos para “imaginar” a nação tenham nascido na Europa e depois nas Américas, e que tudo o que restou à Ásia foi adoptar um dos modelos existentes. Ele contesta este argumento não por “razões sentimentais”, afirma, mas porque os indícios mostram que “os resultados mais criativos da imaginação nacionalista na Ásia e em África são considerados não uma identidade mas antes uma *difference* em relação às formas ‘modulares’ da sociedade nacional propagada pelo Ocidente moderno”.²⁸ Tal tem sido negligenciado (e não só por Anderson) porque os académicos se têm concentrado no nacionalismo enquanto movimento político, e nas suas aspirações a fundar um Estado soberano. Se nos focarmos apenas neste aspecto, o nacionalismo asiático e africano é de facto modelado a partir de precedentes europeus e os Estados pós-coloniais da Ásia e de África assemelham-se bastante às suas contrapartes europeias e asiáticas. Aqui existem de facto poucos indícios de que a nação foi “imaginada” de maneiras que não tivessem sido já antecipadas.

²⁷ *Idem*, 38, 39.

²⁸ Partha Chatterjee, *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories* (Princeton: Princeton University Press, 1993), 5.

Ignora-se, contudo, precisamente o que havia de distinto no nacionalismo anticolonial: que trabalhou em dois níveis, e que apenas num, a nível político, imitou os nacionalismos precedentes. O nacionalismo anticolonial dividiu o mundo social em dois domínios, o material e o espiritual, o “exterior” e o “interior”. O material era o domínio das instituições e das práticas que possibilitaram ao Ocidente conquistar e colonizar – incluindo a ciência e a tecnologia, a economia e a política estatal – e estas tinham de ser imitadas se o colonizador tinha de ser derrubado. O domínio “espiritual” ou “interior” – que incluía a linguagem e a literatura, a música, o teatro e as artes, as relações familiares e de género – era onde a essência de uma identidade cultural declaradamente residia, e aqui não deveria existir imitação: de facto, “quanto maior o sucesso em imitar as competências do Ocidente no domínio material (...) maior era a necessidade de preservar a singularidade da cultura espiritual”.²⁹ O domínio “espiritual” ou “interior” era onde a ocidentalização não poderia ocorrer, e o nacionalismo anticolonial proclamava soberania sobre este domínio, afirmando, mesmo antes de o nacionalismo anticolonial ser pretendido que o Estado colonial não tinha o direito de aí interferir.

Aqui, como noutros lugares, os argumentos de Chatterjee são desenvolvidos com referência aos materiais indianos, mas o seu argumento é que a distinção entre o espiritual e o material é verdadeira em todos os nacionalismos anticoloniais. E não há dúvida que muitos países que foram, ou estiveram em perigo de ser, colonizados pelo Ocidente procuraram imitar a ciência, a tecnologia e o aparelho burocrático estatal ao mesmo tempo que insistiam entusiasticamente que as instituições e as práticas consideradas marcos na identidade cultural nacional tinham de ser mantidas e protegidas. Assim, na China do século XIX, os reformistas que imploravam por mudanças que permitiriam à China resistir às depredações ocidentais faziam uma distinção entre a “essência” e a “utilidade” (*ti-yong*); a essência chinesa era para ser preservada, enquanto os conhecimentos e as práticas “úteis” do Ocidente

²⁹ *Idem*, 6.

precisavam de ser aprendidos e livremente usados. No Japão, durante a “modernização” intentada no período da Restauração Meiji, que procurou evitar o destino da Índia ou da China, o *slogan* de *wakan yôsai* (espírito japonês, técnica ocidental) foi um esforço similar para adquirir técnicas ocidentais, não de maneira a “tornar-se” Ocidental (e assim perder o carácter nipónico, mas precisamente antes como meio de preservar o que era considerado como o cerne da identidade japonesa.

A divisão entre material e espiritual ou exterior e interior não era a mesma que a distinção entre público e privado, característica da sociedade burguesa. A cultura e as artes não eram “privadas”, por exemplo, ainda que no nacionalismo anticolonial estas fossem tratadas como pertencentes ao domínio “interno”. Nem era a distinção interior/exterior ou espiritual/material a mesma que a distinção moderno/tradicional, uma vez que o domínio “espiritual” não era uma tradição imutável que o nacionalismo anticolonial procurava “preservar”. Pelo contrário, foi neste domínio, escreve Chatterjee, que o “nacionalismo lançou o seu projecto mais poderoso, criativo e historicamente relevante: forjar uma cultura nacional ‘moderna’ que não fosse, contudo, Ocidental”.³⁰ Foi este difícil projecto, por vezes contraditório, que caracterizou o nacionalismo anticolonial: o desejo de se tornar moderno e ainda assim permanecer diferente; como um nacionalista indiano incisivamente colocou, “nós não queremos ser ingleses ou alemães ou americanos ou japoneses (...) nós queremos ser indianos, mas modernos, actuais, progressistas”.³¹

Tal pode ser observado, por exemplo, nos projectos nacionalistas para a reforma das mulheres. A “questão das mulheres” tornou-se num debate intenso com a emergência do nacionalismo, pois as distinções entre o material e o espiritual e o exterior e o interior vieram a ser “mapeadas” nas mulheres. Os nacionalistas tratavam as mulheres como um dos mais essenciais repositórios e significantes da identidade nacional e, ao mesmo tempo, viam-nas como “atrasadas” e insuficientemente

³⁰ *Idem*, 6.

³¹ Lajpat Rai, *The Problem of National Education in India* (Londres: Allen and Unwin, 1920), 75.

modernas, e assim contribuindo para o atraso que impedia a nação de sacudir o jugo colonial. Há actualmente um conjunto de estudos (alguns influenciados por Chatterjee) que explora a centralidade que a “questão das mulheres” veio a assumir nos debates nacionalistas e mapeia as tensões que marcaram as tentativas de tornar as mulheres modernas ao mesmo tempo que se garantia que as mulheres serviriam também como encarnações da essência e da cultura nacionais. Deniz Kandiyoti, Lila Abu-Lughod, Margot Badran e Beth Baron publicaram trabalhos importantes que investigaram como é que a relação entre as mulheres e a nação foi imaginada e debatida no Médio Oriente.³² Há uma literatura significativa sobre este tema geral com referência às revoluções e aos movimentos republicanos e comunistas na China, e um crescente número destes estudos para o Japão.³³ Um conjunto considerável de trabalhos existe para a Índia colonial,³⁴ bem como algumas investigações mais gerais ou comparativas.³⁵

A asserção de Chatterjee é que o nacionalismo *criou* novas formas de comunidade, e não foi assim derivativo ou imitador do nacionalismo

32 Beth Baron, *Egypt as a Woman: Nationalism, Gender and Politics* (Berkeley: University of California Press, 2005); Deniz Kandiyoti (coord.), *Gendering the Middle East: Alternative Perspectives* (Londres: I.B. Tauris, 1995); Lila Abu-Lughod (coord.), *Remaking Women: Feminism and Modernity in the Middle East* (Princeton: Princeton University Press, 1998); Margot Badran, *Feminists, Islam and Nation: Gender and the Making of Modern Egypt* (Princeton: Princeton University Press, 1995).

33 Nomeadamente Joan Judge, *The Precious Raft of History: The Past, the West, and the Woman Question in China* (Stanford University Press, 2008); Christina Gilmartin, *Engendering the Chinese Revolution* (Berkeley: University of California Press, 1995); Gail Hershatter, *Women in China's Long Twentieth Century* (Berkeley: University of California Press, 2007); Mara Patessio, *Women and Public Life in Early Meiji Japan: The Development of the Feminist Movement* (Ann Arbor: University of Michigan – Centre for Japanese Studies, 2011); Andrea Germer, Vera Mackie e Ulricke Wöhr (coord.), *Gender, Nation and State in Modern Japan* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014).

34 Kumkum Sangari e Sudesh Vaid (coord.), *Recasting Women* (New Brunswick, N. J., Rutgers University Press, 1990); Mrinalini Sinha, *Specters of Mother India: The Global Restructuring of an Empire* (Durham: Duke University Press, 2007); Sumit Sarkar e Tanika Sarkar (coord.), *Women and Social Reform in Modern India: A Reader* (Bloomington: Indiana University Press, 2008); Tanika Sarkar, *Hindu Wife, Hindu Nation* (Bloomington: Indiana University Press, 2001).

35 Incluindo Deniz Kandiyoti, “Identity and its Discontents: Women and the Nation,” in *Colonial Discourse and Postcolonial Theory: A Reader*, coord. Patrick Williams e Laura Chrisman (Brighton: Harvester Wheatsheaf, 1993); Antoinette Burton (coord.), *Gender, Sexuality and Colonial Modernities* (Nova Iorque e Londres: Routledge, 1999); e Sanjay Seth, “Nationalism, Modernity, and the ‘Woman Question’ in India and China,” *Journal of Asian Studies* 72, n.º 2 (Maio 2013): 273-97.

ocidental. As culturas e as formas de comunidade não-Ocidentais eram diferentes daquelas do Ocidente, e esta diferença não foi apagada no decurso das lutas anticoloniais, mas – apesar das contradições e tensões – criativamente reconfigurada. O relato histórico do nacionalismo por Chatterjee é de certa maneira mais apreciativo aqui no que na sua obra anterior, *Nationalist Thought*. Contudo, o seu ponto é que o aspecto criativo das imaginações nacionalistas é facilmente negligenciado precisamente porque, enquanto projecto político, o nacionalismo aproveitou estas imaginações criativas para o objectivo de fundar um Estado soberano independente, com a panóplia de bandeiras, hinos e símbolos semelhantes. O nacionalismo anticolonial criava assim frequentemente novas formas de comunidade, mas subsumiu estas sob “velhas” formas do Estado. Como Chatterjee desgostosamente afirma, “as formas autónomas de imaginação da comunidade foram, e continuam a ser, esmagadas e submersas pela história do Estado pós-colonial. Aqui reside a raiz da nossa miséria pós-colonial: não na nossa inabilidade para pensar novas formas de comunidade, mas na nossa capitulação a velhas formas do Estado moderno”.³⁶ Ou, como expus noutro lugar,

O estado-nação pressupõe (e ajuda a criar) certas relações entre a autoridade e as pessoas, entre o costume e a lei, entre conhecimento e prática; pressupõe certas formas de individualidade e de comunidade (...) não é um contentor vazio dentro do qual qualquer coisa pode ser vazada; já tem um conteúdo (...) [e assim] não pode servir como veículo para exprimir aquelas aspirações que não estejam já de acordo com ou se ajustem à medida da nação, do Estado e da modernidade; e pode, de facto, ser prejudicial enquanto veículo para a recuperação e a expressão do que é autóctone, em vez do que é Ocidental e derivativo, sobre uma comunidade e cultura política.³⁷

³⁶ Chatterjee, *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*, 11.

³⁷ Sanjay Seth, “A ‘Postcolonial World’?,” in *Contending Images of World Politics*, coord. Greg Fry e Jacinta O’Hagan (Basingstoke: Macmillan, 2000), 221.

Conclusão: o impacto do pós-colonialismo

Os estudos subalternos vieram a ter um impacto importante no mundo académico, incluindo nos estudos sobre o nacionalismo. Aquilo que começou com uma intervenção dentro da história indiana tornou-se, especialmente após a publicação de uma selecção de ensaios das primeiras obras nos Estados Unidos em 1988, algo “extremamente influente na academia norte-americana”.³⁸ O seu impacto estendeu-se bem além dos especialistas indianos, e foi especialmente influente nos estudos latino-americanos, nos quais, inspirados por um grupo indiano, em 1993 um grupo de académicos da América Latina fundou “um projecto similar dedicado a estudar os subalternos da América Latina”;³⁹ dentro desse espírito, Florencia Mallon propôs uma nova leitura do nacionalismo popular no Peru e no México.⁴⁰ Outros académicos da América Latina insistiram no facto que as especificidades da América Latina e do moderno-colonial não poderiam ser compreendidas a partir da abordagem do pós-colonialismo: Sara Castro-Klaren escreve que “o ponto inicial do moderno/colonial enquanto sistema-mundo deve ser situado no tempo da conquista espanhola das sociedades ameríndias” e não, como o pós-colonialismo erradamente assume, ao Iluminismo e à conquista colonial da Ásia e da África do século XVIII e XIX.⁴¹ A teoria decolonial, como passou a ser conhecida, tem sido uma grande corrente na produção académica na América Latina, tirando proveito das mesmas

38 Vinayak Chaturvedi, “Introduction,” in *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*, coord. Vinayak Chaturvedi p. xii. A obra *Selected Subaltern Studies*, coord. Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak (Nova Iorque: Oxford University Press USA, 1988) incluía um “Prefácio” de Edward Said, em que descrevia esta obra como “parte de um vasto esforço crítico e cultural pós-colonial” (p. ix). Dez anos mais tarde, seguiu-se a obra de Ranajit Guha (coord.), *A Subaltern Studies Reader: 1986-1995* (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997).

39 “Founding Statement: Latin American Subaltern Studies Group,” *boundary 2* 20, nº 3 (1993). Sobre a escola latino-americana de estudos subalternos, veja-se também *Dispositio*, número especial sobre ‘Subaltern Studies in the Americas’ 19, nº 46 (1994); F. E. Mallon, “The promise and dilemma of subaltern studies: perspectives from Latin American history,” *The American Historical Review* 99, nº 5 (Dezembro 1994): 1491-515; e Ileana Rodriguez (coord.), *The Latin American Subaltern Studies Reader* (Durham: Duke University Press, 2001).

40 Florencia E. Mallon, *Peasant and Nation: The Making of Postcolonial Mexico and Peru* (Berkeley: University of California Press, 1995).

41 Sara Castro-Klaren, “Posting Letters: Writing in the Andes and the Paradoxes of the Postcolonial Debate,” in *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*, coord. Mabel Morana, Enrique Dussel e Carlos Jauregui (Durham: Duke University Press, 2008).

energias críticas antieurocêntricas que a teoria pós-colonial, mas distinguindo-se desta.⁴²

A teoria pós-colonial não teve um grande impacto nos estudos académicos na China ou no Japão, apesar da obra de Prasenjit Duara, *Rescuing History from the Nation: Questioning Narratives of Modern China*, que desafia a redução da história a uma biografia dos estados-nação, constituir uma importante exceção.⁴³ Nos estudos africanos, a teoria pós-colonial tem tido um impacto significativo nos estudos sobre a África contemporânea, mais do que nos estudos sobre a descolonização e o nacionalismo. Isto inclui o importante trabalho de John Comaroff e Jean Comaroff, que têm argumentado que a África contemporânea e o mundo pós-colonial não devem ser vistos como estando “atrasados” em relação ao Ocidente, mas antes prefigurando o futuro do Ocidente: “Ao contrário do que afirma a narrativa euromodernista dos últimos dois séculos – que coloca o Sul global atrasado na História Universal, sempre em falta, sempre a tentar acompanhar o passo – há boas razões para pensar o oposto: dado o carácter imprevisível e subdeterminado da dialéctica do capitalismo-e-modernidade no aqui e no agora, é o Sul que é frequentemente o primeiro a sentir os efeitos das forças históricas mundiais (...) e assim capaz de prefigurar o futuro do Norte global.”⁴⁴

42 A obra citada na nota anterior colige alguns dos escritos mais importantes (muitas vezes traduzidos do original espanhol) dos teóricos decoloniais. Veja-se também Walter D. Mignolo, *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization* (Ann Arbor: University of Michigan Press, 2ª edição, 2003) e *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking* (Princeton: Princeton University Press, 2000).

43 Prasenjit Duara, *Rescuing History from the Nation: Questioning Narratives of Modern China* (Chicago: University of Chicago Press, 1995). O motivo pelo qual a produção académica sobre o nacionalismo chinês terá sido pouco afectada pela teoria pós-colonial é uma questão abordada por Duara no capítulo 7 do seu livro. Veja-se também Sanjay Seth, “Nationalism, Modernity, and the ‘Woman Question’ in India and China,” *Journal of Asian Studies* 72, nº 2 (Maio 2013), especialmente 288-93.

44 Jean Comaroff e John L. Comaroff, *Theory from the South: Or, How Euro-America is Evolving Toward Africa* (Boulder e Londres: Paradigm Publishers, 2012), 12. Veja-se também Jean Comaroff e John L. Comaroff (coord.), *Law and Disorder in the Postcolony* (Chicago: University of Chicago Press, 2006) e Achille Mbembe, *On the Postcolony* (Berkeley: University of California Press, 2001). Num sentido diferente, dirigindo a atenção para o nascimento argelino de muitos dos mais destacados pós-estruturalistas franceses, Pal Ahluwalia tem argumentado que a teoria pós-estruturalista tem as suas origens, e extrai o seu ímpeto, das suas raízes pós-coloniais; uma inversão da ideia de que o pós-colonialismo é o pós-estruturalismo aplicado às colónias. Veja-se *Out of Africa: Post-structuralism's Colonial Roots* (Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010).

Quanto às histórias do nacionalismo, o impacto dos estudos subalternos, e talvez mais genericamente do pós-colonialismo, é menos evidente do que já foi. Os escritos sobre o nacionalismo anticolonial nos anos 2000 não retomaram os temas que tinham dominado os debates sobre o nacionalismo indiano nos anos 80 e 90 do século XX. Contudo, o impacto dos estudos subalternos e do pós-colonialismo mede-se pela presença de temas e análises, antes relativamente novas, que exercem agora influência para além das fileiras dos académicos declaradamente pós-coloniais. Três dessas análises devem ser mencionadas.

Em primeiro lugar, o estudo do nacionalismo é hoje menos tendente a procurar causas económicas e sociais “subjacentes”, tratando assim as ideias e o discurso nacionalista como secundário. Isto é o resultado de muitas influências intelectuais, mas o pós-colonialismo tem sido uma dessas influências. Em segundo lugar, e talvez mais importante que tudo, a “diferença” do mundo não-Occidental, incluindo o seu nacionalismo, é hoje em dia mais amplamente reconhecida e explorada. É verdade, evidentemente, que o não-Occidental tem sido visto – pelo menos desde o começo da era colonial – enquanto diferente. No entanto, a “diferença” para a qual o conhecimento pós-colonial tem dirigido a atenção não é uma diferença essencialista, ontológica, em essência racista – “o Leste é o Leste e o Oeste é o Oeste, e nunca os dois se encontrarão”.⁴⁵ E esta diferença também não é reconhecida por defensores das teorias estatistas do desenvolvimento histórico, de acordo com as quais o mundo não-Occidental está num estágio anterior e menor da “modernização” e do Iluminismo. Durante muito tempo esta visão dominou a historiografia, e a escrita da história do não-Occidente consistia na procura das suas “carências” e deficiências, e das descrições de como tinha procedido na sua “transição” para onde o Ocidente já tinha chegado – guardando a premissa de que o que aconteceu primeiro no Ocidente moldaria por fim o Resto. Parecia haver duas escolhas – olhar para o não-Occidente como “ontologicamente” diferente (e menor), ou olhá-lo como em princípio semelhante, mas historicamente “atrás” do Ocidente, a precisar de “recuperar”.

⁴⁵ Referência ao primeiro verso do poema de Rudyard Kipling “The Ballad of East and West” (1889): “Oh, East is East and West is West, and never the twain shall meet.” (N. da T.)

Uma das contribuições da teoria pós-colonial tem sido a de sugerir que estas duas escolhas intragáveis podem não esgotar todas as nossas opções intelectuais. A abordagem pós-colonial tem procurado mostrar como o não-Ocidental é diferente não porque “ainda não é” moderno e totalmente racional, mas que a globalização do capital e da modernidade não apagaram a diferença, e que aquilo que tomámos por Razão não é senão uma forma histórica e culturalmente específica de conceber, compreender e habitar o mundo, mais do que a forma correcta de o fazer, finalmente descoberta. A expansão do capitalismo, que teve no colonialismo um dos principais mecanismos, transformou, de facto, o mundo não-Ocidental de muitas maneiras: mas as formas de pensar, viver e conceber a vida colectiva que não estão de acordo com a modernidade ocidental nem sempre foram relegadas para o caixote do lixo da história. É, assim, necessário estudar o não-ocidental não como uma versão anterior daquilo que o Ocidente era, nem como algo “em vias” de se tornar como o Ocidente, mas antes como algo que corporiza formas de vida e pensamento que são parte do moderno mas sem necessariamente assumirem as formas da modernidade Ocidental. Isto inclui o nacionalismo anticolonial, que desafiou com sucesso as formas mais óbvias e racistas de ver e tratar os povos não-Ocidentais enquanto versões menores do Ocidente, mas fê-lo sem se emancipar completamente das assunções epistémicas e morais da modernidade Ocidental.

Finalmente, em terceiro lugar, se há formas importantes através das quais os países não-Ocidentais podem ser “diferentes” do Ocidente, e se além disso o que tomamos por ser a Razão não é a verdade descoberta, mas uma forma cultural e historicamente situada de “saber”, então parece decorrer daqui que as categorias analíticas através das quais procuramos entender o mundo não-Ocidental podem nem sempre ser adequadas ao seu objecto. Uma grande parte da mais recente teorização pós-colonial tem estado preocupada em explorar esta possibilidade – por exemplo, não apenas questionando porque é que o não-Ocidente parece ter formas peculiares e mesmo disfuncionais de “sociedade civil”, com poucos indivíduos que procuraram otimizar o seu interesse próprio, mas indo mais além e questionar se estas categorias de aná-

lise são adequadas para a compreensão de sociedades não-Ocidentais. Um dos trabalhos recentes mais importantes foi escrito por Dipesh Chakrabarty, um membro do grupo dos subalternistas, que procura “explorar as capacidades e limitações de algumas categorias sociais e políticas europeias na conceptualização da modernidade política no contexto dos mundos-de-vida europeus”,⁴⁶ concluindo que muitas das categorias centrais das ciências humanas surgiram da experiência e da história europeia, e não podem ser sempre generalizáveis e aplicáveis a contextos históricos não-europeus. Achille Mbembe tem argumentado de modo semelhante: “Definindo-se ao mesmo tempo como um retrato fiel da modernidade Ocidental – ou seja, começando por convenções que são puramente locais – e uma gramática universal, a teoria social condenou-se sempre a fazer generalizações de linguagem de um provincialismo (...) [assim, para a teoria social] revela-se extremamente difícil entender os objectos não-Ocidentais.”⁴⁷ Este questionamento alargou-se à própria disciplina da história – visto que a historiografia moderna é um produto Ocidental, alguns dos trabalhos recentes têm questionado se esta é adequada e útil como forma de compreender os passados indianos.⁴⁸ Neste sentido, a teorização pós-colonial voltou ao ponto de partida. Aquilo que começou como uma tentativa de escrever a história de forma diferente tornou-se, em parte, uma interrogação crítica da historiografia.

46 Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference* (Princeton: Princeton University Press, 2000), 20. Veja-se também Sanjay Seth, *Subject Lessons: The Western Education of Colonial India* (Durham: Duke University Press, 2007).

47 Achille Mbembe, *On the Postcolony*, 11.

48 Veja-se, por exemplo, Chakrabarty, “Minority Histories, Subaltern Pasts,” *Postcolonial Studies* 1, n.º 1 (1998); e Sanjay Seth, “Reason or Reasoning?: Clio or Siva,” *Social Text* 78 (Primavera 2004); e o número especial de *Postcolonial Studies* sobre “Historiography and non-Western Pasts” 11, n.º 2 (Junho 2008).

BIBLIOGRAFIA

- Abu-Lughod, Lila, coord. *Remaking Women: Feminism and Modernity in the Middle East*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- Ahluwalia, Pal. *Out of Africa: Post-structuralism's Colonial Roots*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2010.
- Badran, Margot. *Feminists, Islam and Nation: Gender and the Making of Modern Egypt*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- Baron, Beth. *Egypt as a Woman: Nationalism, Gender and Politics*. Berkeley: University of California Press, 2005.
- Burton, Antoinette, coord. *Gender, Sexuality and Colonial Modernities*. Nova Iorque e Londres: Routledge, 1999.
- Castro-Klaren, Sara. "Posting Letters: Writing in the Andes and the Paradoxes of the Postcolonial Debate." In *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*, coord. por Mabel Morana, Enrique Dussel e Carlos Jauregui, 130-57. Durham: Duke University Press, 2008.
- Chakrabarty, Dipesh. "Minority Histories, Subaltern Pasts." *Postcolonial Studies* 1. n.º 1 (1998): 15-29.
- Chakrabarty, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- Chakrabarty, Dipesh. "A Small History of *Subaltern Studies*." In *Habitations of Modernity: Essays in the Wake of Subaltern Studies*, 3-19. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- Chaturvedi, Vinayak. "Introduction." In *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*, coord. por Vinayak Chaturvedi, i-vii. Londres: Verso, 2000.
- Chatterjee, Partha. *Nationalist Thought and the Colonial World: A Derivative Discourse?* Deli: Oxford University Press, 1986.
- Chatterjee, Partha. *The Nation and its Fragments: Colonial and Postcolonial Histories*. Princeton: Princeton University Press, 1993.
- Comaroff, Jean L., e John L. Comaroff, coord. *Law and Disorder in the Postcolony*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- Comaroff, Jean L., e John L. Comaroff. *Theory from the South: Or, How Euro-America is Evolving Toward Africa*. Boulder e Londres: Paradigm Publishers, 2012.
- Duara, Prasenjit. *Rescuing History from the Nation: Questioning Narratives of Modern China*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- Gallagher, John, Gordon Johnson e Anil Seal, coord. *Locality, Province and Nation: Essays on Indian Politics 1870 to 1940*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.
- Gandhi, Leela. *Postcolonial Theory: A Critical Introduction*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1998.
- Germer, Andrea, Vera Mackie e Ulricke Wöhr, coord. *Gender, Nation and State in Modern Japan*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2014.
- Gilmartin, Christina. *Engendering the Chinese Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- Guha, Ranajit. "On Some Aspects of the Historiography of Colonial India." In *Subaltern Studies I*, coord. por Ranajit Guha, 1-8. Deli: Oxford University Press, 1982.
- Guha, Ranajit. "The Prose of Counter-Insurgency." In *Subaltern Studies II*, coord. por Ranajit Guha, 33-38. Deli: Oxford University Press, 1983.

- Guha, Ranajit. *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India*. Delhi: Oxford University Press, 1983.
- Guha, Ranajit, coord. *A Subaltern Studies Reader: 1986-1995*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- Guha, Ranajit. "Introduction." In *A Subaltern Studies Reader, 1986-1995*, coord. por Ranajit Guha, i-ix. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- Hershatter, Gail. *Women in China's Long Twentieth Century*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- Judge, Joan. *The Precious Raft of History: The Past, the West, and the Woman Question in China*. Stanford University Press, 2008.
- Kandiyoti, Deniz, coord. *Gendering the Middle East: Alternative Perspectives*. Londres: I.B. Tauris, 1995.
- Kandiyoti, Deniz. "Identity and its Discontents: Women and the Nation." In *Colonial Discourse and Postcolonial Theory: A Reader*, coord. por Patrick Williams e Laura Chrisman, 376-91. Brighton: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- Kedourie, Elie. *Nationalism*. Londres: Hutchinson, 1960.
- Kuhn, Thomas. *The Structure of Scientific Revolutions*. 2ª edição revista e aumentada. Chicago: University of Chicago Press, 1962.
- Latin American Subaltern Studies Group. "Founding Statement: Latin American Subaltern Studies Group." *boundary 2* 20, n.º 3 (1993): 110-21.
- Loomba, Ania. *Colonialism/Postcolonialism*. 3ª edição. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2015.
- Mallon, F. E. "The promise and dilemma of subaltern studies: perspectives from Latin American history." *The American Historical Review* 99, n.º 5 (Dezembro 1994): 1491-515.
- Mallon, Florencia E. *Peasant and Nation: The Making of Postcolonial Mexico and Peru*. Berkeley: University of California Press, 1995.
- Mbembe, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- Mignolo, Walter D. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- Mignolo, Walter D. *The Darker Side of the Renaissance: Literacy, Territoriality, and Colonization*. 2ª edição. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.
- Nairn, Tom. "The Modern Janus." In *The Break-up of Britain*. 2ª edição aumentada, 329-63. Londres: Verso, 1981.
- O'Hanlon, Rosalind. "Recovering the Subject: Subaltern Studies and Histories of Resistance in Colonial South Asia." In *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*, coord. por Vinayak Chaturvedi, 72-115. Londres: Verso, 2000.
- Patessio, Mara. *Women and Public Life in Early Meiji Japan: The Development of the Feminist Movement*. Ann Arbor: University of Michigan Centre for Japanese Studies, 2011.
- Plamenatz, John. "Two Types of Nationalism." In *Nationalism: The Nature and Evolution of an Idea*, coord. por Eugene Kamenka, 23-36. Londres: Edward Arnold, 1976.
- Rabasa, José, Javier Sanjinés C., e Robert Carr, coord. "Subaltern Studies in the Americas." Número especial de *Dispositio*, 19, n.º 46 (1994).
- Rai, Lajpat. *The Problem of National Education in India*. Londres: Allen and Unwin, 1920.

Rodriguez, Ileana, coord. *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Durham: Duke University Press, 2001.

Said, Edward. "Preface." In *Selected Subaltern Studies*, coord. por Ranajit Guha e Gayatri Chakravorty Spivak, i-x. Nova Iorque: Oxford University Press USA, 1988.

Said, Edward. *Orientalism*. 1ª edição 1978. Londres: Penguin, 2003.

Sangari, Kumkum, e Sudesh Vaid, coord. *Recasting Women*. New Brunswick, N. J: Rutgers University Press, 1990.

Sarkar, Sumit, Tanika Sarkar, coord. *Women and Social Reform in Modern India: A Reader*. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

Sarkar, Tanika. *Hindu Wife, Hindu Nation*. Bloomington: Indiana University Press, 2001.

Seal, Anil. *The Emergence of Indian Nationalism: Competition and Collaboration in the Later Nineteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

Seth, Sanjay. *Marrist Theory and Nationalist Politics: The Case of Colonial India*. Nova Deli: Sage Publications, 1995.

Seth, Sanjay. "Rewriting Histories of Nationalism: The Politics of 'Moderate Nationalism' in India, 1870-1905." *The American Historical Review* 104, n.º 1 (Fevereiro 1999): 95-116.

Seth, Sanjay. "A 'Postcolonial World'?" In *Contending Images of World Politics*, coord. por Greg Fry e Jacinta O'Hagan, 214-26. Basingstoke: Macmillan, 2000.

Seth, Sanjay. "Reason or Reasoning?: Clio or Siva." *Social Text* 78 (Primavera 2004): 85-101.

Seth, Sanjay. "Revolution and History: Maoism and *Subaltern Studies*." *Storia della Storiografia* 62, n.º 2 (2012):131-49.

Seth, Sanjay. *Subject Lessons: The Western Education of Colonial India*. Durham: Duke University Press, 2007.

Sinha, Mrinalini. *Specters of Mother India: The Global Restructuring of an Empire*. Durham: Duke University Press, 2007.

Seth, Sanjay. "Historiography and non-Western Pasts." Número especial de *Postcolonial Studies* 11, n.º 2 (Junho 2008): 139-44.

Seth, Sanjay. "Nationalism, Modernity, and the 'Woman Question' in India and China." *Journal of Asian Studies* 72, n.º 2 (Maio 2013): 273-97.

Spivak, Gayatri Chakravorty. "Can the Subaltern Speak?" In *Marrism and the Interpretation of Culture*, coord. por Cary Nelson and Lawrence Grossberg, 271-313. Urbana e Chicago: University of Illinois Press, 1988.

Spivak, Gayatri Chakravorty. "Subaltern Studies: Deconstructing Historiography." In *Subaltern Studies IV*, coord. por Ranajit Guha, 330-63. Deli: Oxford University Press, 1985.

Young, Robert J. C. *Postcolonialism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

Young, Robert J. C. *Postcolonialism: An Historical Introduction*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2016.

Referência para citação:

Seth, Sanjay. "Pós-colonialismo e a história do nacionalismo anticolonial." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 7 (2018): 45-75.